

Inflação e recessão — são por acaso necessárias?

Herbert Levy *

O País está pagando um alto preço no plano econômico e social ao imitar os países do Primeiro Mundo, por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI), no combate à inflação. Aumento das taxas de juro para retirar recursos do consumo para a poupança, encarecimento e dificultação do crédito, para desestimular novas iniciativas de expansão. Mas no Primeiro Mundo a classe pobre corresponde à nossa classe média e o seguro-desemprego é uma instituição que funciona.

Em 1980 fizemos o que o FMI quis. Até 1984 tivemos, pelos dados do Ministério do Trabalho, 4,5 milhões de desempregados, os quais, com suas famílias, representaram cerca de 20 milhões de brasileiros empurrados para a pobreza absoluta. Explodiram as favelas e proletarizou-se a classe média. Uma desgraça nacional. Agravada por ter o responsável, o então ministro Delfim Netto, feito um acordo com os credores para pagar *in totum* os ju-



ros da dívida externa. Assim, esgotou nossas disponibilidades cambiais.

Para se julgar esse caso, quando fui convidado em 1984 para expor meus pontos de vista sobre a dívida externa em Washington, no International Institute of Economics, com auditório recorde do mais alto nível, mostrei, com dados, que mais da metade da nossa dívida não fora investimento no País: a forma desastrosa de o Tesouro americano tomar dólares no mercado financeiro para cobrir os seus déficits, elevando as taxas de 6,5 para 20,45% ao ano, custou-nos US\$ 20 bilhões. E os países da OPEP, que já haviam elevado os preços do nível injustamente baixo de US\$ 2,44 por barril em 1983 para US\$ 10,40 em 1985, pegaram o freio nos dentes e os elevaram até US\$ 38,00 o barril, sem que os organismos internacionais criados para coibir práticas monopolistas movessem um dedo. Isso representou um acréscimo em nossa dívida de US\$ 30 bilhões. Assim, dos US\$ 82 bilhões que devíamos em 1984, US\$ 50 bilhões eram injustos.

Defendendo o principal devedor diante de um auditório de alto nível do principal credor, após intensa sessão de perguntas e res-

postas, fui aplaudido e cumprimentado.

— No governo Collor, tendo partido da FIESP, com Mário Amato, e da Força Sindical, com Luiz Antônio de Medeiros, uma sugestão de combater a inflação sem recessão, reajustando preços e salários pela inflação apurada no mês menos 10%, apelei em editorial nestas colunas ao governo para que agarrasse com as duas mãos essa sugestão salvadora.

Não houve receptividade, inexplicavelmente.

Este jornal havia promovido anos antes a vinda do secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, do presidente da Confederação da Indústria da Espanha e do representante do governo espanhol. Eles expuseram ao auditório como a incipiente democracia espanhola estava em grave risco, com inflação de 36% ao ano, altíssima pelos padrões europeus, forte recessão e desemprego e como todas as partes, representando as várias correntes de opinião, fizeram concessões ao firmar o *Pacto de Moncloa* na hora em que os franquistas estavam certos de recuperar os poderes discricionários. O resultado foi reduzir a inflação a 6% a.a., estimular o crescimento econômico e

acabar com o desemprego, consolidando-se a democracia espanhola.

Expus o assunto a homens influentes, como Areliano Chaves de Mendonça e ao meu antigo companheiro da Câmara dos Deputados, o atual ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, que concordaram com a grande importância do mesmo. Este acertou com o presidente Itamar Franco, posto ao corrente do objetivo de minha conversa, que me levaria por ocasião do seu despacho com o presidente, e eu utilizaria a parte inicial do tempo.

Assim foi feito. Expus o assunto ao presidente Itamar, lembrando da conveniência e oportunidade de se conseguir um acordo e pondo-me à disposição para promovê-lo, porque havia adquirido crédito junto aos líderes sindicais que a Gazeta Mercantil reunira para ouvir o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, devido às críticas francas que fiz à orientação do Fundo, e tinha bom trânsito junto às entidades empresariais. E acentuei a importância da iniciativa, que teria a participação do governo, para agir do mesmo modo em relação às tarifas de serviços públicos, sobretudo

* 4 DEZ 1992

quando o presidente manifestava sua justa preocupação pelos graves problemas sociais do País.

O presidente acolheu com entusiasmo as sugestões. Parecia, assim, que minha missão fora bem-sucedida. Sugeri-lhe que me fosse dado algum tipo de credenciamento, sem cargo nem remuneração, para realizar as “démarches”, e ele respondeu que os ministros Haddad, do Planejamento, que também participou da reunião, e Paulino Cicero providenciariam o necessário. No dia seguinte fui surpreendido lendo nos jornais declarações de Itamar de que não aprovava o pacto e que para isso existiam Parlamento e as lideranças parlamentares, com os quais seria acertado um acordo de modernidade, incluída a reforma fiscal.

Trata-se, evidentemente, de outro assunto. Assim é de esperar que o presidente reconsidere, estimulando uma solução que tire o governo do impasse recessão-inflação em que se encontra e ajudando o próprio governo e o País a resolver os problemas graves que defrontam e para os quais não há sinal de solução.

* Diretor-responsável da Gazeta Mercantil.